



## **8. SÍNTESE DAS PROPOSTAS**



As propostas do PDM – Cantagalo, sintetizadas no Quadro n.º 8.1, foram elaboradas com base no levantamento das potencialidades e deficiências, nas reivindicações da comunidade e, foram divididas em temas de acordo com os resultados da metodologia CPD. As fichas de propostas apresentam a justificativa para sua inclusão, os atores envolvidos, as possibilidades de integração com outros projetos, os possíveis parceiros e um custo estimado. Ressalta-se que as propostas requerem estudos mais detalhados, ficando nessa fase a recomendação para seu desenvolvimento.

O Plano de Ação e Investimentos com um horizonte de 5 anos (2007/2011) foi organizado a partir das demandas da sociedade e das discussões durante as audiências públicas do PDM – Cantagalo. Outro aspecto considerado foi a capacidade de endividamento da prefeitura, estimada a partir de metodologia do Paranacidade, que encontra-se apresentada nos Quadros 8.2 e 8.3, abaixo.

A listagem inclui os projetos selecionados e que foram distribuídos no tempo, observando o Plano Plurianual de investimentos – PPA municipal (ver Quadro nº 8.4 – Compatibilização do PPA com o PDM – Cantagalo), cujo período de execução se estende de 2006 à 2009. Os projetos não contemplam despesas orçamentárias novas, baseando-se no orçamento já previsto no PPA.

Como o horizonte do Plano de Ação e Investimentos é de cinco anos (2007/2011), alguns projetos terão uma duração maior do que a programação do PPA atual, que é prevista até 2009. Estima-se que esses projetos se prolonguem até 2011, o que implicará na sua inserção no próximo PPA municipal. Por outro lado, muitos dos projetos incluídos no PPA - 2006/2009 cumprem as diretrizes e objetivos estabelecidos pelo PDM – Cantagalo como mostra o Quadro Compatibilização do PPA com o PDM - Cantagalo.

O Quadro 8.5 apresenta os projetos propostos e sua identificação junto aos códigos do PPA – 2006/2009.

## Quadro nº 8.1. Síntese das Propostas

	Propostas	Prazo de Exec.	Local
AMBIENTAL	1. Plano de Saneamento Ambiental	5 anos	Município
	2. Preservação e Recuperação da Mata Ciliar dos Rios do Município.	5	Município e região
	3. Plano de Arborização Urbana e Paisagem Sustentável	3	Município
	4. Projeto de Readequação do Aterro Sanitário	2	Município
	5. Programa de Educação Ambiental e Cidadania	5	Município
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	6. Criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).	5	Sede do Município
	7. Programa de Habitação Rural	2	Município
	8. Programa de Acessibilidade Universal	2	Município
	9. Melhoria da Segurança Viária	2	Município
	10. Programa de Intervenção em Vias Urbanas e Rurais	5	Município
	11. Criação do Centro de Atendimento e Apoio aos Motoristas de caminhão que passam pela região	2	Município
SÓCIO / ECONÔMICO	12. Implantação de Praça Municipal	2	Sede do Município
	13. Capacitação dos Funcionários da Área da Saúde.	3	Município
	14. Plano de Ação Integrada nas áreas carentes do município.	5	Município
	15. Fomento da atividade industrial, com foco na diversificação de atividades.	3	Município
	16. Implantação de instrumentos de comercialização da agricultura familiar	3	Município
	17. Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais	3	Município

	18. Programa de desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade da cadeia produtiva de leite	5	Município
	19. Reestruturação da Administração Municipal	1	Sede do Município
	20. Sistema de Informações para o Município que permitirá a implantação do cadastro técnico multi-finalitário.	5	Município
<b>ESPORTE, LAZER E CULTURA</b>	21. Plano de Desenvolvimento do Esporte, Lazer e Cultura	5	Município

<b>Ficha 01</b>	<b>Plano de Saneamento Ambiental</b>
<b>Referente às propostas:</b>	Implementar um Plano de Saneamento Ambiental em cumprimento à Lei Federal nº 11.455 de 05/01/2007
<b>Justificativa</b>	<p>A lei nº 11.455/2007 define saneamento básico como o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:</p> <p>a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;</p> <p>b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;</p> <p>c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;</p> <p>d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;</p> <p>Cantagalo apresenta um índice de abastecimento urbano de água (cerca de 100%) superior à média nacional de 74% com serviços prestados pela Sanepar, empresa estadual. O aterro sanitário necessita de um projeto de gestão mais eficiente, pois está em processo de saturação.</p> <p>As questões pertinentes às águas pluviais devem ser equacionadas com a drenagem da área urbanizada, compatibilizadas com a infra-estrutura viária, com foco na impermeabilização do solo e da ocupação urbana, especialmente de áreas sensíveis à erosão.</p> <p>O controle dos vetores de doenças, visando eliminação de doenças causadas pela falta de saneamento, através do controle de animais e insetos visa o controle e prevenção de doenças.</p> <p>Os aspectos de conservação do solo, a qualidade da água e dos recursos hídricos, redução da poluição dos rios, as queimadas e degradação da natureza devem ser analisados para reduzir os seus impactos.</p>
<b>Prazo de execução</b>	5 anos (esse projeto deverá ser incluído no PPA 2010/2013)
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental, de acordo com os objetivos da Agenda 21, estabelecendo novos mecanismos de gestão e de melhoria da qualidade ambiental, para a promoção da salubridade ambiental e da saúde coletiva, a proteção dos recursos hídricos e controle da poluição, o abastecimento de água à população e atividades econômicas, a valorização social e econômica dos recursos ambientais e o ordenamento do território.</p> <p>O Plano Municipal de Saneamento Ambiental deverá conter as diretrizes para o gerenciamento ou concessão dos serviços referentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- aos sistemas de abastecimento de água, constituído pelas atividades de captação de água bruta, de adução de água bruta, de tratamento e potabilização da água, de reservação, de adução de água tratada, de distribuição de água, inclusive respectivas infra-estruturas e instalações operacionais, com ênfase nas unidades de tratamento e nos processos e técnicas de uso eficiente de água e de energia para os aspectos relacionados com os mananciais, captação, adução, tratamento, reservação e distribuição, com o aproveitamento de água</li> </ul>

de reuso; para o meio rural deve ser organizado um programa de abertura de poços artesianos e seus respectivos sistemas de distribuição de água pelas propriedades.

- Igualmente no meio rural deve-se implementar um programa de proteção a fontes de água que preserve as fontes existentes com manutenção de vegetação no seu entorno e a proibição de atividades potencialmente poluidoras ou causadoras de danos às fontes, como erosão do solo. Deverá ser elaborado um manual de procedimentos para orientar os produtores rurais que possuam fontes em suas propriedades.

- aos sistemas de esgotamento sanitário, abrangendo atividades de coleta de esgotos sanitários, por meio de rede e interceptores, inclusive as ligações prediais, de transporte, por meio de emissários, de tratamento e de disposição final dos resíduos líquidos, sólidos e gasosos resultantes dos processos de tratamento, com as respectivas infra-estruturas e instalações operacionais, com ênfase nas unidades de tratamento, verificando a possibilidade de implantação de biodigestores, com o aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário;

- ao manejo integrado dos resíduos sólidos urbanos, composto do lixo doméstico, do originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, com atividades de coleta, transbordo e transporte dos resíduos, triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final dos resíduos, de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana, com ênfase nas técnicas e processos de gestão voltados para a minimização da geração, transformação e destinação final adequada de todos os tipos de resíduos, os serviços de limpeza urbana e na inclusão social dos catadores de lixo como agentes ambientais e econômicos, verificando a possibilidade de implantação de aproveitamento da energia gerada pelo lixo, com o aproveitamento dos materiais integrantes dos resíduos sólidos por meio de reuso ou reciclagem;

- ao manejo integrado das águas pluviais urbanas, compreendendo atividades de drenagem urbana de águas pluviais, transporte e detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, tratamento e de disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, com ênfase em soluções que visem o controle da impermeabilização do solo e outros mecanismos de redução ou amortecimento das cheias e em medidas locais para controle dos escoamentos e do carreamento de sedimentos;

- ao gerenciamento, operação e manutenção do controle ambiental de vetores de doenças, visando a eliminação de doenças causadas pela falta de saneamento através do controle de animais e insetos como o controle e prevenção de doenças.

- ao manejo integrado da conservação do solo, a qualidade da água e dos recursos hídricos, redução da poluição dos rios, as queimadas e degradação da natureza;

- ao desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental e Cidadania visando promover simultaneamente o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Utiliza-se como laboratório, o metabolismo urbano e seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela vizinhança, envolvendo a orientação aos pequenos produtores (silvicultores ou agricultores), quanto ao uso correto de agrotóxicos, suas aplicações, noções sobre atividades modificadoras do meio ambiente, técnicas agroflorestais e a legislação pertinente. Interage como uma contribuição para a formação da consciência social e agroecológica da população destas comunidades;

- à regulamentação da Política de Gestão Ambiental através de leis, decretos,



	<p>resoluções e regulamentos, que embasem as ações de saneamento ambiental, com a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, fortalecimento da Secretaria de Meio Ambiente e capacitação e treinamento de quadros técnicos; e</p> <p>- a definição como horizonte do Plano de Saneamento Ambiental vinte anos, com revisão de 5 em 5 anos, compatibilizado com os planos nacional e regionais de ordenação do território, os objetivos e as diretrizes do plano plurianual de investimentos, os planos de recursos hídricos, a legislação ambiental e o disposto em leis complementares.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<p>Plano de Arborização Urbana  Programa de Educação Ambiental  Plano de Ação Integrada em Áreas Carentes.</p>
<b>Organismo responsável</b>	<p>Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio/ Secretaria de Obras e Serviços Públicos/ Secretaria de Educação/ Secretaria de Esportes e Cultura</p>
<b>Parcerias possíveis</b>	<p>SUDERHSA / SANEPAR / Secretaria Estadual de Meio Ambiente</p>
<b>Custo estimado</b>	<p>R\$ 220.000,00</p>

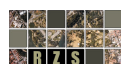
<b>Ficha 02</b>	<b>Preservação e recuperação da mata ciliar dos rios do município.</b>
<b>Proposta:</b>	Preservar e recuperar a mata ciliar dos rios do Município.
<b>Justificativa</b>	A extinção da mata ciliar dos cursos d'água provoca a erosão de suas margens e assoreamento, ampliando o risco de enchentes em áreas urbanas e a degradação de áreas agricultáveis.
<b>Prazo de execução</b>	5 anos (esse projeto deverá ser incluído no PPA 2010/2013)
<b>Ações necessárias para o seu desenvolvimento</b>	<p>Diagnóstico da situação atual com levantamento das áreas e mapeamento dos locais para envolver os proprietários em uma campanha de conscientização.</p> <p>Campanhas no Município, em escolas, associações de classe, clubes, prefeituras visando conscientizar a população da importância da mata ciliar e como proceder para manter o que ainda existe e regenerar o que já está degradado.</p> <p>O governo do Estado do Paraná possui o <i>Programa de Mata Ciliar</i> que deve ser compatibilizado com as ações da Prefeitura e de outros agentes atuantes dentro do Município. O projeto é composto de quatro componentes básicos: gestão compartilhada, assistência técnica e capacitação, incentivos, controle e fiscalização.</p> <p><b>Gestão Compartilhada.</b> Constitui-se no conjunto de ações de gerenciamento do projeto, visando ao incremento de matas ciliares no Paraná.</p> <p><b>Assistência técnica e capacitação.</b> As atividades de capacitação estarão voltadas para a formação de agentes multiplicadores, visando desenvolver o treinamento e difusão de tecnologia, aliado à uniformização da linguagem técnica. Os cursos irão priorizar os técnicos que deverão acompanhar o Projeto no campo. Além disso, serão promovidos seminários para os técnicos da fiscalização a fim de padronizar os procedimentos e criar atividades de educação ambiental.</p> <p><b>Incentivos.</b> Este componente é constituído dos mecanismos para disponibilizar materiais, serviços e apoios específicos que permitam a realização do Projeto, condicionados ao enquadramento de categorias de beneficiários.</p> <p><b>Controle e Fiscalização.</b> As ações de fiscalização punitivas somente serão aplicadas após terem sido desenvolvidas as ações de esclarecimento dos proprietários rurais e a difusão das soluções técnicas e ambientais em cada Município. Os mecanismos de compensação deverão ser incrementados para beneficiar as propriedades rurais, de forma que a fiscalização seja educativa inicialmente, com participação da comunidade na solução de problemas comuns a todos os segmentos sociais. O controle do desenvolvimento do projeto será feito com o uso de sistema informatizado, com o acompanhamento das ações georeferenciadas.</p> <p>As principais prioridades do projeto são: ações de recuperação e preservação de matas ciliares em bacias hidrográficas com manancial de captação superficial para abastecimento público; ações de recuperação e preservação de matas ciliares nas margens de todos os reservatórios de hidroelétricas do Estado do Paraná; ações de</p>



	recuperação e conservação de matas ciliares no entorno de todas unidades de conservação de proteção integral do Estado; ações de recuperação e preservação das matas ciliares em cada uma das bacias dos rios que integram ao projeto de Corredores da Biodiversidade; ações de recuperação e preservação das matas ciliares em cada uma das microbacias hidrográficas trabalhadas pelo Programa Paraná 12 Meses; plantar 90 milhões de árvores de espécies nativas específicas para restauração de matas ciliares; desenvolver, de forma complementar, à recuperação da mata ciliar, ações de conservação de solos, uso adequado de agroquímicos e saneamento ambiental; implantar sistema geo-referenciado para monitoramento do <i>Projeto Mata Ciliar</i> .
<b>Integração com outros projetos</b>	Programa de Educação Ambiental Plano de Saneamento Ambiental
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio
<b>Parcerias Possíveis</b>	Governo do Estado – Através do <i>Programa Mata Ciliar</i> .
<b>Custo estimado</b>	R\$ 100.000,00

<b>Ficha 03</b>	<b>Plano de Arborização Urbana e Paisagem Sustentável</b>
<b>Proposta</b>	Elaboração do Plano de Arborização Urbana e Paisagem Sustentável
<b>Justificativa</b>	<p>As áreas urbanas são constituídas por espaços edificados destinados a diversas atividades (com usos residenciais, comerciais, serviços, industriais, institucionais), espaços não edificados (vias, parques e praças, quintais) e espaços de integração urbana (rede viária, com vias, ferrovias). Os espaços não edificados são definidos como público, privado ou privado de uso coletivo (como os clubes), que podem ter áreas de lazer e áreas verdes. As áreas verdes urbanas têm um papel de fundamental importância na qualidade ambiental das áreas urbanas, destacando-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- proteção contra ventilação ou insolação excessivas, desempenhando funções de termorregulação, alterando o micro-clima local com redução da temperatura que ocorre pela absorção de calor no processo de transpiração e redução da radiação e reflexão dos raios solares;</li> <li>- abrigo da fauna silvestre e exótica contribuindo para a conservação da biodiversidade;</li> <li>- diminuição da ação de poluentes químicos, de poluição sonora, removendo partículas e absorvendo gases poluentes da atmosfera;</li> <li>- auxílio no controle da erosão estabilizando o solo;</li> <li>- melhoria da qualidade do ar, promovendo a reoxigenação do ar, reduzindo os níveis de gás carbônico;</li> <li>- agregação de poeira, facilitando a sua remoção;</li> <li>- participação no ciclo do carbono, funcionando como reservatórios de carbono, que permitem contrariar o efeito de estufa que se verifica na Terra;</li> <li>- intervenção na regulação e depuração dos recursos hídricos, protegendo mananciais de água, do ciclo da água, influenciando os teores de umidade no ar e no solo, a precipitação a nível local e participando em processos de depuração química;</li> <li>- embelezamento do ambiente, ofertando recreação, lazer e descanso;</li> </ul> <p>As áreas verdes proporcionam também benefícios de âmbito social contribuindo para a melhoria da saúde mental e física da população, promoção de lazer e educação ambiental, melhoramento estético no ambiente, assumindo uma função ecológica, ornamental e estética, integrando o desenvolvimento sustentável. A ONU (Organização das Nações Unidas), OMS (Organização Mundial da Saúde) e outros organismos internacionais recomendam 12 m<sup>2</sup> de área verde por habitante como índice adequado para o bem estar das pessoas que vivem nos centros urbanos.</p> <p>A legislação federal (Lei 6766/79) que determina a destinação pública de 35% da área de um loteamento dá o respaldo para a criação ou planejamento de áreas verdes, tais como, áreas de proteção paisagística, parques urbanos, áreas de proteção de mananciais, praças e jardins, valorizando a paisagem urbana.</p> <p>A estruturação da paisagem urbana através da presença ordenada de elementos naturais como a vegetação, proporciona inúmeros benefícios à comunidade, que ultrapassam seus custos de implantação e manutenção, fazendo com que os parques, praças e outros tipos de áreas verdes, juntamente com uma adequada arborização de vias colaborem com a melhoria da qualidade de vida urbana.</p>
<b>Prazo de execução</b>	3 anos
<b>Ações</b>	O Plano de Arborização Urbana e Paisagem Sustentável deve ter como

<p><b>necessárias para seu desenvolvimento</b></p>	<p>objetivo potencializar a qualidade de vida da população, através da implementação de um modelo de paisagismo sustentável com a realização de pesquisas, utilização de tecnologias e práticas existentes sobre recuperação, preservação e conservação ambiental.</p> <p>A paisagem urbana resultante do plano, caracterizada como a interligação entre o ambiente natural e o ambiente construído, deverá ter como resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação e valorização da flora nativa;</li> <li>- Máximo aproveitamento e proteção das massas vegetais existentes;</li> <li>- Controle de erosão,</li> <li>- Integração com as políticas setoriais;</li> <li>- Sombreamento de vias públicas, estacionamentos, praças, espaços de convívio e edificações públicas.</li> </ul> <p>Assim, o plano proporcionará o uso sustentado das áreas verdes pela população e a valorização da paisagem, da flora e da cultura local, especialmente se for incluídas áreas com vegetação nativa característica do município e áreas com belezas cênicas e monumentos naturais.</p> <p>O Plano de Arborização Urbana e Paisagem Sustentável deverá, entre outros, os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inventário da arborização urbana através de técnicas e procedimentos adequados, para a identificação da condição fitossanitária;</li> <li>- Avaliação do clima e solo, considerando-se características climáticas do município como temperatura média, mínima e máxima, ocorrência de geadas, chuvas e granizo, a fertilidade, drenagem e compactação do solo;</li> <li>- Levantamento do espaço físico disponível, com largura da rua e passeios, afastamento das construções, posicionamento da rede de fiação aérea e saneamento;</li> <li>- Estabelecimento de índices mínimos de arborização por bairro, que deverão ser ampliados, progressivamente, através de campanhas educativas de plantio de árvores na cidade, obedecidas as normas estabelecidas em Lei;</li> <li>- Definição de arborização segundo as características do logradouro público, adotando-se as técnicas adequadas de plantio e poda, para evitar os costumeiros conflitos com as redes elétrica, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da destruição da pavimentação;</li> <li>- Estabelecimento de normas de arborização: espécimes, técnicas para plantio de mudas, sanidade, época, dimensões das covas, tipos de solo e adubação, tutoramento, amarração, uso de protetores, canteiros e dimensões, localização e distanciamento; e</li> <li>- Compatibilização com as atividades do Programa de Educação Ambiental no município, de modo a despertar a consciência de necessidade e conservação da vegetação urbana.</li> </ul> <p>O Plano deverá definir as atividades de planejamento, implantação e manejo da arborização, indicando a implantação de parques e praças, o tratamento das calçadas, a produção de mudas das espécies a serem produzidas e plantadas, a prevenção e combate a pragas e doenças das árvores.</p>
<p><b>Integração com outros projetos</b></p>	<p>Plano de Saneamento Ambiental Programa de Intervenções em Vias Urbanas e Rurais Programa de Educação Ambiental</p>
<p><b>Organismo responsável</b></p>	<p>Secretaria Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.</p>
<p><b>Parcerias possíveis</b></p>	<p>Secretaria Estadual de Meio Ambiente</p>
<p><b>Custo estimado</b></p>	<p>R\$ 90.000,00</p>



<b>Ficha 04</b>	<b>Projeto de Readequação do Aterro Sanitário</b>
<b>Proposta</b>	Readequação do Aterro Sanitário Existente e Implantação de Programa de Separação dos Diversos Tipos de Lixo.
<b>Justificativa</b>	<p>O aterro sanitário difere do lixão porque nele os resíduos são depositados de forma planejada, sobre uma área previamente estruturada para recebê-los, de forma a conter a sua dispersão no solo.</p> <p>A técnica mais simples de aterramento consiste em abrir valas cujo fundo esteja acima do lençol freático a uma distância de pelo menos 1,5 metros em áreas onde o solo tenha espessura maior do que 3 metros. Este solo deve ser bastante argiloso, com baixa permeabilidade, de forma a reter a percolação do chorume, que deverá fazer com que ele demore vários anos antes de chegar ao lençol freático.</p> <p>A competência para tratar dos aterros sanitários é da SUDERHSA, órgão estadual, que elaborou o projeto do novo aterro, mas ainda não liberou as verbas para sua construção. Tendo em vista que o aterro atual encontra-se com sua vida útil se encerrando, sem condições de ampliação e sem uma fiscalização adequada de seu manejo, é urgente a necessidade da construção do novo aterro.</p> <p>Outra questão importante é a separação do lixo orgânico e inorgânico, o que resulta numa duração maior da vida útil do aterro sanitário.</p> <p>Essa separação ainda tem como resultado social a possibilidade de geração de renda a partir da reciclagem do lixo.</p>
<b>Prazo de execução</b>	2 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	Convênio com a Suderhsa para implantação do Aterro Sanitário; Elaboração de projeto para a implantação da coleta seletiva do lixo; Criação de estrutura da prefeitura para sua gestão. Treinamento da Equipe Técnica Municipal
<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	SEDU Paranacidade/ SUDERHSA
<b>Custo estimado</b>	R\$ 400.000,00

<b>Ficha 05</b>	<b>Programa de Educação Ambiental e Cidadania</b>
<b>Proposta</b>	Promoção de cursos e atividades vinculados à questão ambiental, assim como fazer a divulgação junto à sociedade, prioritariamente a crianças e adolescentes.
<b>Justificativa</b>	<p>A educação ambiental é formada por processos, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.</p> <p>É ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável, embasada na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de desenvolvimento e progresso.</p> <p>Cabe ao poder público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.</p> <p>A questão ambiental define, justamente, o conjunto de contradições resultantes das interações internas ao sistema social e deste com o meio envolvente. São situações marcadas pela tendência ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não-renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades sócio-econômicas; no avanço do desemprego; na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. São todas realidades que comprometem a qualidade da vida humana, em particular, e ameaçam a continuidade da vida global do planeta.</p>
<b>Prazo de execução</b>	5 anos (esse projeto deverá ser incluído no PPA 2010/2013)
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Desenvolvimento de programas de educação ambiental e cidadania, baseados na realidade do município, e nos programas já existentes.</p> <p>Interação com as Secretarias de Educação e de Esportes e Cultura, para estímulo de realização de atividades nos contraturnos que contemplem a educação ambiental.</p> <p>Desenvolvimento de campanhas de conscientização, como por exemplo, da reciclagem do lixo, da proteção dos recursos hídricos, entre outras.</p> <p>Um programa de educação ambiental para ser efetivo deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Utiliza-se como laboratório, o metabolismo urbano e seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela vizinhança.</p> <p>- Orientação para produtores agropecuários: Tem como finalidade principal a orientação aos pequenos produtores (silvicultores ou agricultores), quanto ao uso correto de agrotóxicos, suas aplicações, noções sobre atividades modificadoras do meio ambiente, técnicas agroflorestais e a legislação pertinente. Interage como uma contribuição para a formação da consciência social e agroecológica da população destas comunidades.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<p>Plano de Saneamento Ambiental</p> <p>Plano de Arborização Urbana</p> <p>Preservação e Conservação da Mata Ciliar</p> <p>Readequação do Aterro Sanitário</p>
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio em parceria com as Secretarias de Educação e de Esportes e Cultura.

<b>Parcerias possíveis</b>	ANAMA – Associação Nacional dos Municípios Ambientais MMA – Ministério do Meio Ambiente SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente IAP – Instituto Ambiental do Paraná Empresas privadas interessadas em programas de responsabilidade social. Rede Brasileira de Educação Ambiental
<b>Custo estimado</b>	R\$ 80.000,00 para a elaboração do projeto e instalações físicas da Escola Ambiental

<b>Ficha 06</b>	<b>Criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).</b>
<b>Proposta</b>	Criar as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (previsto no Art. 4º da Lei 10.257/01, Estatuto da Cidade), no Plano Diretor, que possibilitam a elaboração de planos de recuperação de áreas urbanas com assentamentos informais, além de definir áreas passíveis de receber programas de habitação para população de baixa renda.
<b>Justificativa</b>	<p>O Estatuto da Cidade prevê vários instrumentos de ordenação urbanística e de inclusão social, entre eles as ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social. A criação da ZEIS permite a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- introdução de serviços e infra-estrutura urbana básica, serviços e equipamentos comunitários e habitação de acordo com as necessidades sócio-econômico-culturais dos moradores das ZEIS, melhorando as condições de vida da população.</li> <li>- o incentivo à participação comunitária no processo de urbanização e regularização fundiária das ZEIS.</li> <li>- o respeito à tipicidade e características locais, quando das intervenções urbanísticas.</li> <li>- a preservação do meio ambiente natural e construído.</li> <li>- adequação da propriedade a sua função social, com a priorização do direito de moradia sobre o direito de propriedade.</li> <li>- regularização do conjunto do mercado de terras urbanas, com a inibição da especulação imobiliária em relação às áreas urbanas situadas nas ZEIS, de forma a evitar o processo de expulsão dos moradores</li> </ul>
<b>Prazo de execução</b>	5 anos (esse projeto deverá ser incluído no PPA 2010/2013)
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	Levantar dados de áreas carentes no município para traçar um perfil da população que será atingida. Definição das áreas para ZEIS no Plano Diretor, com parâmetros adequados à população carente já existente. Posteriormente, programas de habitação social e de implantação de infra-estrutura complementam o processo de inclusão.
<b>Integração com outros projetos</b>	Ação integrada das áreas carentes do município.
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Administração, Planejamento e Urbanismo Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Secretaria de Assistência e Promoção Social
<b>Parcerias possíveis</b>	<p>A Cohapar vem desenvolvendo uma série de programas habitacionais em parceria com as prefeituras, entre os quais poderão ser selecionados aqueles que puderem auxiliar na regularização fundiária de assentamentos informais, além da produção normal da casa própria.</p> <p>Entre os programas que a COHAPAR desenvolve, vários se dirigem ao financiamento de casas de baixo custo, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- "Casa da Família PSH", que opera com subsídios do Orçamento Geral da União (OGU) referentes ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social do Ministério das Cidades. Por esta modalidade, o subsídio é de R\$ 6.500. O programa é destinado às famílias com renda de até R\$ 300. Nele, as moradias podem ter 32 ou 40 metros quadrados (m²). A prefeitura fica encarregada de doar a área dotada de infra-estrutura para a construção das casas.</li> <li>- "Casa da Família FGTS (Hipoteca)" é operacionalizado com recursos do</li> </ul>

	<p>FGTS, com base na resolução 460 do Conselho Curador do Fundo. O programa é destinado às famílias com renda de dois a cinco salários mínimos. O financiamento é de até 240 meses, sendo subsidiado conforme a renda do beneficiário. Pelo programa, a Cohapar constrói moradias de 40, 52 e 63 metros quadrados (m<sup>2</sup>), realizando o acompanhamento e execução das obras. A prefeitura fica encarregada de doar área dotada de infra-estrutura para as casas.</p> <p>- “Casa da Família FGTS (Caução)” é viabilizado com recursos subsidiados do FGTS, com base na resolução 460 do Conselho Curador do Fundo e com contrapartida financeira da Cohapar para garantir a conclusão das unidades. Pelo programa, as casas têm 32 ou 40 metros quadrados (m<sup>2</sup>). Os beneficiários deverão ter renda de R\$ 200 a R\$ 900. A prefeitura deve fazer a doação da área destinada ao empreendimento, dotada de infra-estrutura.</p> <p>- “Casa da Família PAR (Programa de Arrendamento Residencial)” opera com recursos do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), pelo qual a moradia é arrendada com opção de compra no final do período do contrato (15 anos). O programa é destinado às famílias com renda de dois a quatro salários mínimos. No Casa da Família PAR, a prestação é equivalente a 0,5% do financiamento e as moradias podem ter 40, 52 ou 63 metros quadrados (m<sup>2</sup>).</p> <p>- “Casa da Família Crédito Solidário”. As moradias são edificadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) do Ministério das Cidades, com contrapartida da Cohapar para conclusão das unidades. As casas têm 40 metros quadrados (m<sup>2</sup>) e a prefeitura deve fazer a doação de área com infra-estrutura.</p>
<b>Custo estimado</b>	R\$ 700.000,00



<b>Ficha 07</b>	<b>Programa de Habitação Rural</b>
<b>Proposta</b>	Construção de habitações na área rural do município
<b>Justificativa</b>	<p>No levantamento das demandas da população na 2ª Audiência Pública, uma solicitação foi a implementação de um programa voltado à habitação rural pela Prefeitura.</p> <p>Esse programa é uma forma de incentivar a permanência da população na área rural. Para isso, uma possibilidade é estabelecer convênio com a Cohapar.</p> <p>No Casa da Família Rural, a Cohapar constrói casas de 52 m², com objetivo de viabilizar moradias dignas às famílias de pequenos agricultores que vivem precariamente em casas com más condições de conservação.</p> <p>O programa é coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e as moradias são construídas pela Cohapar.</p> <p>As moradias são construídas em alvenaria com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda, forro, cobertura em telhas de cerâmica e instalação elétrica e hidráulica completa. As famílias ainda podem optar entre dois projetos arquitetônicos.</p> <p>Para viabilizar a construção de moradias no município, a prefeitura doa à Cohapar a área necessária para a construção do empreendimento, previamente vistoriada e aprovada pela Cohapar e o agente financeiro. A prefeitura deve também providenciar a aprovação dos projetos e executar os serviços de infra-estrutura: abertura de ruas, ensaibramento e/ou cascalhamento, demarcação dos lotes, rede de água e energia elétrica, iluminação pública, rede de esgoto e de drenagem.</p> <p>Outras contrapartidas municipais são: a concessão de isenção de taxas e impostos municipais, incluindo Alvará e Habite-se e orientar e auxiliar os beneficiários na providência dos documentos pessoais necessários para a formalização dos contratos e destinar um técnico social para, em conjunto com a Cohapar, dar atendimento à população envolvida.</p> <p>A prefeitura deve também desenvolver atividades comunitárias junto aos futuros moradores, auxiliar na inserção das famílias no mercado de trabalho e garantir a segurança dos materiais e do empreendimento no período de obra.</p>
<b>Prazo de execução</b>	2 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Convênio com a Cohapar.</p> <p>Levantamento do número de famílias para integrar o programa.</p> <p>Elaboração do projeto de implantação</p> <p>Execução do programa</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Saneamento Ambiental.
<b>Organismo responsável</b>	<p>Secretaria de Administração, Planejamento e Urbanismo</p> <p>Secretaria de Obras e Serviços Públicos,</p> <p>Secretaria de Assistência e Promoção Social</p>
<b>Parcerias possíveis</b>	COHAPAR
<b>Custo estimado</b>	R\$ 400.000,00 :

<b>Ficha 08</b>	<b>Programa de Acessibilidade Universal, com padronização dos passeios da cidade</b>
<b>Proposta</b>	Adequação da legislação urbanística para a inclusão de Programa de Acessibilidade Universal, especialmente no que diz respeito às suas condições de acessibilidade às vias e edifícios em três aspectos: intervenções diretas no espaço construído, oferecimento de serviços de transporte e modificações na legislação.
<b>Justificativa</b>	<p>Cantagalo não possui uma regularidade de passeios, o que dificulta a acessibilidade de deficientes físicos e de pessoas com dificuldades de locomoção. Essa parcela da população encontra-se impedida de exercer plenamente sua cidadania, na medida em que encontra sérias dificuldades para se locomover no ambiente construído, tanto dos edifícios como do espaço urbano.</p> <p>Fornecer condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação, constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania. A legislação brasileira, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), prevê a necessidade de permitir acessibilidade universal em todas as instâncias da cidade. Assim, a NBR 9050 (leis 10.098/10.048) estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.</p> <p>Essa norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.</p> <p>Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a serem projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto na norma NBR 9050 para serem considerados acessíveis.</p>
<b>Prazo de execução</b>	2 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Criar o Programa de Acessibilidade Universal, que deve integrar a legislação urbanística do Município.</p> <p>O centro da cidade será alvo de um plano de revitalização, que contará inclusive com a adequação dos passeios e de mobiliários urbanos com o Programa de Acessibilidade Universal.</p> <p>O Programa pode contemplar a adequação de edifícios públicos para a acessibilidade universal, primeiramente, para depois intervir nos passeios. Esse passo é importante para criar discussão sobre o assunto, e conscientizar a população sobre as mudanças que ocorrerão na cidade. Com a visualização de uma nova imagem da cidade, provavelmente do centro da cidade, os moradores podem se mobilizar na melhoria dos passeios localizados em sua comunidade, ou mesmo na conservação dos mesmos.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<p>Programa de Intervenções em Vias Urbanas e Rurais</p> <p>Melhoria da Segurança Viária</p>

<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	Programa de MOBILIDADE URBANA, da CEF, que atua na articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável. Prioriza a implementação de sistemas de transportes coletivos, dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), da integração entre diversas modalidades de transportes, bem como a implementação do conceito acessibilidade universal para garantir a mobilidade de idosos, pessoas com deficiências ou restrição de mobilidade. Dentre os vários subprogramas, há o APOIO A PROJETOS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM RESTRIÇÃO DE MOBILIDADE E DEFICIÊNCIA. O programa apóia intervenções que promovam a acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e pessoas com deficiência física ou sensorial, através da implantação de infra-estrutura que garanta sua circulação pela cidade através da integração entre os sistemas coletivos e não-motorizados com conforto e segurança.
<b>Custo estimado</b>	R\$ 100.000,00

<b>Ficha 09</b>	<b>Melhoria da Segurança Viária</b>
<b>Proposta</b>	Melhorar a segurança viária através de ações conjuntas que envolvam educação, o DETRAN, a Polícia Civil e a Polícia Militar, com a formulação de um programa voltado à redução de acidentes de trânsito.
<b>Justificativa</b>	<p>Cantagalo tem uma peculiaridade que torna de suma importância qualquer iniciativa de melhoria de segurança viária, pois sua sede é dividida por uma rodovia federal com tráfego intenso de veículos.</p> <p>Os programas de segurança de trânsito têm o objetivo de definir um conjunto de ações para a redução dos acidentes de trânsito, segundo três princípios básicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O acidente não é “destino” ou “fatalidade”; ele é o resultado de uma série de ocorrências simultâneas ou seqüenciais - os fatores contribuintes - como as condições da via e do meio ambiente, o comportamento humano e o veículo; pois os acidentes são evitáveis e sua ocorrência é possível prevenir; e a natureza complexa do acidente requer um tratamento multidisciplinar, com ações em várias áreas - infra-estrutura, sinalização, educação, fiscalização.</li> <li>- Conseguir envolvimento maior da sociedade nas ações do governo para melhorar as condições de trânsito.</li> </ul> <p>A partir destes princípios são estabelecidos os programas interdisciplinares, que se diferenciam por sua abrangência e duração.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de ação de longo prazo, que envolvem medidas coordenadas, que trabalham com todos os fatores mencionados, destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Medidas relativas às vias e ao meio ambiente, abrangendo o planejamento do tráfego, para minimizar problemas do desenvolvimento urbano; o conflito entre os modos de transporte; a melhoria do traçado das vias; a orientação adequada dos usuários; o controle dos conflitos nas interseções; e outras.</li> <li>b) Medidas relativas aos fatores humanos, compreendendo a educação; a legislação; a fiscalização.</li> <li>c) Medidas relativas aos veículos, incluindo a garantia de existência de dispositivos indispensáveis de segurança (lanternas, espelhos, cinto); e a garantia de manutenção adequada.</li> <li>d) Ações de curto prazo com medidas que têm o objetivo de conseguir melhorias significativas, com ações relativamente simples e de baixo custo. requerendo que, em cada situação, sejam identificadas duas características dos locais ou regiões: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os grupos de risco, ou seja, o conjunto de pessoas que, por suas características, têm maior probabilidade de envolvimento em acidentes, que segundo a experiência brasileira são, principalmente, os homens jovens dos 16 aos 25 anos, os usuários de veículos de duas rodas e os profissionais da direção (motoristas de caminhões);</li> <li>- as principais infrações dentro destes grupos de risco são o uso do álcool, o não uso do cinto de segurança, a ausência de capacete (motos), a velocidade excessiva e a desobediência à sinalização.</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
<b>Prazo de execução</b>	2 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>As ações para a implementação de um programa voltado à redução de acidentes de trânsito melhorando a segurança viária devem abranger:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise dos dados gerais sobre o trânsito e os acidentes na cidade.</li> <li>- Identificação dos programas de engenharia de tráfego, educação e</li> </ul>

	<p>fiscalização em andamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo das causas dos acidentes de trânsito e os grupos de risco.</li> <li>- Definição da gravidade dos problemas e a urgência de medidas de redução de acidentes de trânsito.</li> <li>- Estabelecimento de programas de curto e longo prazos, definindo objetivos, metas, recursos e as formas de participação da sociedade.</li> <li>- Adoção de medidas de prevenção, que depende de estudos cuidadosos das causas dos acidentes de trânsito, envolvendo as pessoas e esclarecendo-as sobre os objetivos das ações, para garantir maior adesão ao projeto.</li> <li>- Estabelecer parcerias com o DETRAN, Polícia Civil e Polícia Militar, através de ações conjuntas que envolvam educação, conscientização e fiscalização.</li> </ul>
<b>Integração com outros projetos</b>	<p>Programa de Intervenções em Vias Urbanas e Rurais</p> <p>Programa de Acessibilidade Universal</p>
<b>Organismo responsável</b>	<p>Prefeitura Municipal</p>
<b>Parcerias possíveis</b>	<p>DETRAN</p> <p>Polícia Civil</p> <p>Polícia Militar</p> <p>Secretaria de Educação</p>
<b>Custo estimado</b>	<p>R\$ 100.000,00</p>

<b>Ficha 10</b>	<b>Programa de Intervenção em Vias Urbanas e Rurais</b>
<b>Proposta</b>	<p>Elaboração de um Plano de Requalificação das Principais Vias de Cantagalo, com o envolvimento da sociedade, respeitando suas aspirações. Um plano de revitalização é composto por uma série de projetos que visam à reestruturação e revitalização de espaços públicos. Ele pretende promover o reforço da acessibilidade por transporte individual e coletivo, a organização das atividades econômicas e o tratamento estético e funcional do mobiliário urbano e de elementos publicitários. O objetivo final é uma melhoria na qualidade da relação homem/cidade através da humanização do espaço construído.</p> <p>Realização de obras de pavimentação com asfalto tipo C.B.U.Q- Composto Betuminoso Usinado Quente e PMF - Pré Misturado a Frio bem como pavimentação do tipo calçamento com pedras poliédricas, tanto na zona urbana como na zona rural do município.</p> <p>Pavimentação primária com cascalhamento ou empedramento do estradas rurais ou ainda de ruas de bairros da cidade</p> <p>Possibilitar uma integração maior entre os dois lados da Cidade que são separados pela BR-116, transformando as marginais da BR-116 nesse trecho em avenidas urbanizadas. A implantação de novas passarelas tem a finalidade de incentivar o número de pedestres na cidade, assim como a implantação de trincheiras nos cruzamentos deverá diminuir o número de acidentes e criar condições de segurança na travessia da Br 277.</p>
<b>Justificativa</b>	<p>Uma via é a área do espaço público destinada à circulação de veículos e de pessoas. Apresenta características diversas que são determinadas por sua capacidade, dimensão e tipo de elementos que a compõem. Nesse sentido, os critérios para avaliar a sua qualidade implicam na sua segurança e acessibilidade, manutenção, nos pisos, no mobiliário urbano, na iluminação e na arborização.</p> <p>Para que as vias sejam locais de sociabilização da população é importante que cada um desses elementos apresente condições adequadas e o conjunto forme uma paisagem urbana agradável.</p> <p>Como decorrência desse programa, propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- reestruturação das calçadas, com pavimentação adequada, implantação de rampas dimensionadas para a circulação de cadeirantes e eliminação das barreiras arquitetônicas.</li> <li>- elaboração de um programa de ciclovias para a cidade.</li> <li>- elaboração de um plano de identificação dos logradouros públicos, incluindo a programação visual das placas, com nomes das vias, dos bairros e indicativas das localidades do interior do município.</li> <li>- implantar as passarelas para travessia de pedestres na BR-277</li> <li>- implantar trincheiras para travessia de veículos na BR-277.</li> </ul>
<b>Prazo de execução</b>	5 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Realizar levantamento detalhado das condições dessas vias, e também dos problemas apontados pela população. Partindo da idéia de respeito às aspirações e necessidades dos cidadãos que se utilizam da área central da cidade para morar, trabalhar ou se divertir, é preciso encontrar mecanismos para garantir sua participação na formulação das políticas de revitalização urbana, na elaboração de projetos e na sua implantação. Por isso, é recomendável que a primeira iniciativa seja a articulação com a sociedade civil e o contato com os setores envolvidos. A partir dos primeiros contatos, a prefeitura pode sistematizar as idéias e elaborar anteprojetos para serem discutidos com a</p>

	<p>comunidade e, eventualmente, oferecidos a empreendedores privados. A presença de técnicos é indispensável, e deve envolver diversas áreas da prefeitura e é importante que haja uma equipe central de coordenação do projeto, que pode se valer, inclusive, de consultores externos.</p> <p>As ações prioritárias referem-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adequação, padronização e reorganização do mobiliário urbano.</li> <li>- Redimensionamento das áreas de circulação e desenho dos pisos, através da lei de Acessibilidade Universal.</li> <li>- Requalificação da Avenida Epaminondas Fritz com tratamento paisagístico dos passeios para integração das áreas dos conjuntos populares.</li> <li>- Ligação dos Bairros através da abertura de Vias Pavimentadas e com iluminação pública</li> <li>- Requalificação da BR 277, no trecho entre as Ruas Alzira de Abreu e Santa Catarina</li> <li>- Valorização de pontos de referência para a população, para fortalecer a identidade cultural local. A criação de novos espaços de lazer e convivência reforça esse processo, além da valorização de marcos e símbolos históricos da cidade.</li> </ul>
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Realização dos levantamentos e elaboração dos projetos.</p> <p>Estabelecimento de Convênio com o DNIT para urbanização das marginais, construção de passarelas e trincheiras ao longo da BR-277.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<p>Programa de Acessibilidade Universal.</p> <p>Melhoria da Segurança Viária</p>
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Obras e Serviços Públicos/ Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	<p>Parcerias público-privada</p> <p>Programa da Caixa de REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS, que objetiva promover o uso e a ocupação democrática das áreas urbanas centrais, propiciando a permanência de população residente e a atração de população não residente por meio de ações integradas que promovam e sustentem a diversidade funcional e social, a identidade cultural e a vitalidade econômica dessas áreas.</p> <p>Dentro do programa, existem dois subprogramas, que contemplam tanto o projeto de planos de reabilitação de áreas urbanas centrais e de infra-estrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais, como a execução de projetos de infra-estrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais.</p> <p>Governo Federal:DNIT</p>
<b>Custo estimado</b>	R\$ 1.000.000,00

<b>Ficha 11</b>	<b>Criação do Centro de Atendimento e Apoio aos Motoristas de caminhão que passam pela região</b>
<b>Proposta</b>	Criação de um centro de apoio e atendimento aos motoristas de caminhão que passam pela BR-277, localizado na Zona de Serviços II, contando com o volume de tráfego existente na rodovia em direção ao oeste do Estado.
<b>Justificativa</b>	<p>Trazer movimento a cidade assim como geração de empregos e movimento no comércio local. O ponto de parada na BR 277 mais próximo, dotado de infra-estrutura de serviços é o Posto Três Pinheiros (localizado no Km 398) que fornece instalações adequadas para uma parada em uma viagem mais longa. A criação deste novo centro de atendimento, com comércio e serviços integrados, faria com que existisse uma possível parada para descanso e alimentação, assim como para pequenos reparos nos veículos, atendendo aos usuários da estrada que tem o oeste do Estado como destino. O espaço contará com área de estacionamento para os veículos, área de descanso aos profissionais, banheiros e um posto de serviços úteis. Ao redor dessa área, será criada uma área comercial com interesse neste público alvo, como oficinas mecânicas e postos de gasolina.</p> <p>Com isso se viabiliza a geração de empregos no município assim como a geração de renda. Para implantação deste centro, e ao seu redor do comércio, a Prefeitura cederá o direito de uso da superfície do solo aos comerciantes.</p>
<b>Prazo de execução</b>	2 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Elaboração de projeto do equipamento</p> <p>Contato com a empresa concessionária do trecho da rodovia para possível parceria</p> <p>Compra de área para implantação do projeto</p> <p>Execução do Projeto</p> <p>Estabelecimento de parceria público-privada para a sua gestão.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<p>Plano de requalificação da BR 277 entre os trechos das Avenidas Santa Catarina e Alzira de Abreu..</p> <p>Fomento da Atividade Industrial, com Foco na Diversificação de Atividades</p>
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	DNIT/ Concessionária do trecho rodoviário da BR-277; empreendedores.
<b>Custo estimado</b>	R\$ 500.000,00 :



<b>Ficha 12</b>	<b>Implantação da praça</b>
<b>Proposta</b>	Implantação de uma praça de múltiplas funções.
<b>Justificativa</b>	<p>Cantagalo necessita de espaços públicos com finalidade de proporcionar à comunidade um local de encontro e lazer, assim sendo a idéia é construir uma praça com equipamentos públicos que possibilitem o uso como espaço de encontro e lazer, esportes e cultura.</p> <p>Este espaço tornar-se-ia um pólo de atração para a comunidade e poderia também abrigar feiras e exposições sazonais de produtos locais e artesanatos.</p>
<b>Prazo de execução</b>	2 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Levantamento de áreas públicas e/ou privadas possíveis de comportar o complexo de lazer cultura e esportes.</p> <p>Execução dos projetos do complexo.</p> <p>Execução das obras civis.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Esportes, Cultura e Lazer.
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	Paranaesporte, SEDU/ Paranacidade
<b>Custo estimado</b>	R\$ 200.000,00

<b>Ficha 13</b>	<b>Capacitação dos funcionários da área da saúde.</b>
<b>Proposta</b>	Promover uma melhor capacitação dos funcionários da área de saúde do Município
<b>Justificativa</b>	Melhorando a capacidade técnica dos funcionários e aprimorando suas habilidades no trato com o público que busca os serviços de saúde, pode-se reduzir o número de casos que congestionam sem razão os serviços de atendimento médico, com a realização de uma triagem prévia dos casos de menor complexidade.
<b>Prazo de execução</b>	3 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	Cursos básicos e rápidos sobre atendimento ao público, e também sobre questões de saúde elementares, possibilitando ao atendente direcionar melhor o paciente, agilizando assim a triagem e o atendimento, maior queixa dos usuários do sistema de saúde.
<b>Integração com outros projetos</b>	Programa de ação em áreas carentes
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria Estadual de Saúde; SEBRAE
<b>Custo estimado</b>	R\$ 30.000,00
<b>Custo estimado</b>	R\$ 30.000,00

<b>Ficha 14</b>	<b>Plano de Ação Integrada nas áreas carentes do município.</b>
<b>Proposta</b>	Desenvolvimento de ações integradas nas áreas carentes do município, com atuação nas áreas de habitação, do desenvolvimento humano e de parcerias do poder público com instituições privadas para programas de inclusão social.
<b>Justificativa</b>	<p>A Ação Integrada busca reduzir o grau de pobreza do município desenvolvendo projetos habitacionais em quantidade e qualidade junto às populações mais carentes, promovendo o desenvolvimento humano das comunidades através da implementação de projetos sociais integrados. A ação integrada visa reduzir a baixa qualidade de vida das populações mais carentes, com a ação conjunta em várias áreas.</p> <p>A ação prevê também a implementação de um Projeto Social que reduza de forma sistemática as principais carências da população alvo, educando para a adoção de novos hábitos, para a preservação da saúde, do meio ambiente, do saneamento e do patrimônio adquirido, e apoiando iniciativas de geração de emprego e renda, e, envolvem os Departamentos de Saúde, de Assistência Social, de Educação e Serviços Viação e Obras.</p>
<b>Prazo de execução</b>	5 anos (esse projeto deverá ser incluído no PPA 2010/2013)
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Levantamento do perfil da demanda para detectar as principais carências de saúde, educação e nível de profissionalização. Com base neste diagnóstico, elabora-se um Projeto Social cujas principais metas são diminuir as carências de educação; incrementar ações de atenção à saúde da mulher, do idoso e do trabalhador; formar uma Associação de Moradores e, ainda, desenvolver atividades profissionalizantes para melhorar a qualidade do trabalhador excluído pelo mercado.</p> <p>Plano de habitação social, que conta com a participação da população alvo, para que os projetos arquitetônicos sejam adequados à demanda e ao perfil sócio-econômico dos futuros usuários.</p> <p>Projeto de Pós-ocupação, que prevê a implantação de uma série de atividades como o funcionamento de creche comunitária, a emissão de escrituras dos terrenos e o controle de uso e ocupação dos conjuntos habitacionais.</p> <p>Um exemplo de Ação Integrada é o Programa Ação Integrada nos Bolsões de Pobreza Urbanos, de Ipatinga-MG, que busca reduzir o grau de pobreza do município desenvolvendo projetos habitacionais em quantidade e qualidade junto às populações mais carentes. O desenvolvimento humano das comunidades é desenvolvido através da implementação de projetos sociais integrados. A prefeitura estabelece parceria com a sociedade civil organizada, que se responsabiliza pela gestão dos recursos e constrói as casas em sistema de mutirão. O saldo entre 1996 e 1997 foram 300 novas unidades habitacionais construídas. Os resultados finais apontaram para vantagens perceptíveis, de economia na construção pelo sistema mutirão, da capacitação de mão-de-obra, de integração social e conseqüente baixo índice de evasão dos projetos habitacionais.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	Criação de ZEIS.

<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Administração, Planejamento e Urbanismo Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Secretaria de Assistência e Promoção Social.
<b>Parcerias possíveis</b>	<p>A Cohapar pode entrar no processo de financiamento e construção de casa popular, Programas da Caixa Econômica Federal, como o de Habitação de Interesse Social. Por meio da Ação Apoio do Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, o programa objetiva viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos em localidades urbanas e rurais. Dentro do programa, há duas modalidades que se aplica à Ação Integrada nas áreas carentes do município:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PRODUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, que viabiliza intervenções necessárias à construção ou aquisição de unidades habitacionais em parcelas legalmente definidas de uma área, que venham a dispor, no mínimo, de acesso por via pública e de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.</li> <li>- REQUALIFICAÇÃO URBANA, que oferece solução de moradia adequada a partir de intervenções voltadas ao melhor aproveitamento do espaço urbano, possibilitando: a aquisição de imóveis para fins habitacionais; e/ou a realização de obras e serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis, observada a legislação municipal, que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais.</li> </ul>
<b>Custo estimado</b>	A ser definido na elaboração do projeto, com um custo inicial estimado em R\$ R\$ 560.000,00

<b>Ficha 15</b>	<b>Fomento da atividade industrial, com foco na diversificação de atividades.</b>
<b>Proposta</b>	Incrementar as atividades industriais que agregam valor aos bens primários produzidos no Município.
<b>Justificativa</b>	No intuito de gerar emprego e renda a curto prazo e com pouco dispêndio de dinheiro, pode-se buscar agregar valor aos produtos agrícolas produzidos no Município, com o incentivo da Prefeitura Municipal ao estabelecimento de pequenas indústrias se possível como cooperativas de trabalho para explorar o ramo de confecção de facção,
<b>Prazo de execução</b>	3 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	Identificação das potencialidades agrícolas e pecuárias do Município, buscando oportunidades de agregar valor a produtos já existentes, como produzir laticínios com o leite, fortalecendo as cadeias produtivas regionais. Buscar parceria com SEBRAE, SENAI e outros organismos visando aumentar a capacidade gerencial dos cidadãos de Cantagalo para que possam buscar as oportunidades e administrar sua implantação e desenvolvimento.
<b>Integração com outros projetos</b>	Implantação de instrumentos de comercialização da agricultura familiar Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais.
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	SEBRAE, SENAI, Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul
<b>Custo estimado</b>	R\$ 60.000,00
<b>Custo estimado</b>	R\$ 60.000,00

<b>Ficha 16</b>	<b>Implantação de instrumentos de comercialização da agricultura familiar</b>
<b>Proposta</b>	Implantação de instrumentos para comercialização direta dos produtos agrícolas pelos agricultores do município.
<b>Justificativa</b>	<p>Nas audiências Públicas realizadas, houve uma demanda das pessoas da área rural no sentido de que houvesse uma forma de comercialização direta dos produtos, melhorando a renda do pequeno produtor pela eliminação do intermediário, e permitindo ao morador da sede o acesso a produtos mais frescos e naturais.</p> <p>São muitas as dificuldades para implantação deste tipo de serviço, (tipo de produtos oferecidos; perecibilidade dos produtos; volume de vendas que compense o transporte; entre outros), mas ainda assim há uma vontade muito grande de que, em uma cidade essencialmente agrícola e com a economia fortemente assentada na agricultura familiar, possa haver esta integração cidade – campo.</p>
<b>Prazo de execução</b>	3 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Levantamento e cadastramento dos produtores interessados e dos produtos a serem ofertados.</p> <p>Levantamento do mercado consumidor (moradores da sede) sobre o tipo dos produtos.</p> <p>Realização de reuniões com os produtores para discussão sobre as condições de comercialização.</p> <p>Definição de um local para comercialização dos produtos.</p> <p>Auxílio no transporte das mercadorias dos pequenos produtores.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais.
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio
<b>Parcerias possíveis</b>	Emater
<b>Custo estimado</b>	R\$ 60.000,00

<b>Ficha 17</b>	<b>Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais.</b>
<b>Proposta</b>	Programa integrado entre a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria Comércio e a Emater para o fortalecimento das associações e cooperativas já existentes e criação de outras.
<b>Justificativa</b>	<p>Uma cooperativa é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços a seus associados (número mínimo de 20 pessoas físicas). É uma empresa com dupla natureza, que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa: enquanto dono ele vai administrar a empresa e enquanto usuário ele vai utilizar os serviços.</p> <p>Cantagalo apresenta uma quantidade significativa de pequenos produtores rurais, que devem ser estimulados a permanecerem no campo e a desenvolverem sua atividade. A solução em associações e cooperativas proporciona inúmeras vantagens e facilidades ao associado, que pode crescer coletivamente e expandir sua produção. As cooperativas adquirem força no país, com a união dos cooperados para: a venda organizada de seus produtos; serviços conjuntos de armazenagem; requerer direitos; comprar insumos em quantidade; suporte social; além de outras ações que facilitam a vida do pequeno empreendedor rural.</p> <p>As associações e cooperativas também possuem o papel de fornecer orientação técnica qualificada e insumos de reconhecida qualidade, para que a atividade agrícola ou pecuária alcance maior produtividade e melhores resultados. Ao exercer uma ação educacional formativa, a cooperativa desenvolve e prepara os cooperados como cidadãos conscientes e participativos para o aprimoramento contínuo de sua atividade, da comunidade e da cooperativa.</p>
<b>Prazo de execução</b>	3 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Identificação das áreas produtivas mais afeitas ao associativismo;</p> <p>Desenvolvimento de programa de capacitação dos produtores para a formação de cooperativas de pequenos produtores rurais.</p> <p>Desenvolvimento de programas de capacitação das cooperativas nas áreas de produção.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	Implantação de instrumentos de comercialização da agricultura familiar
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio
<b>Parcerias possíveis</b>	O SEBRAE apresenta um programa de financiamento para novas cooperativas, além de treinamento e assessorias para os interessados
<b>Custo estimado</b>	R\$ 80.000,00.

<b>Ficha 18</b>	<b>Programa de desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade da cadeia produtiva de leite</b>
<b>Proposta</b>	Parceria com a Emater e com segmentos e entidades ligadas ao setor no desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade da cadeia produtiva de leite, que hoje se encontra em segundo lugar no Estado.
<b>Justificativa</b>	<p>O rebanho brasileiro produz três vezes menos que o da Nova Zelândia, que também realiza criação a pasto e passa, durante uma época do ano, por dificuldades causadas por alagamentos. A lucratividade do leite é mais alta que a da soja, que a do milho e 3,9 vezes maior que a da cana-de-açúcar, porém sua produção exige um alto investimento, cerca de 2,5 vezes o da cana. Apesar disso, o preço do leite está no mais baixo patamar histórico, com sinais de recuperação. Algumas das pressões sobre o preço vêm da alta dos preços dos insumos, como os combustíveis, por exemplo. Para enfrentar essas dificuldades, o produtor brasileiro encontrou nas cooperativas uma saída. O Brasil é o sexto país em participação de cooperativas na captação do leite, que correspondem a 40% do total produzido. Segundo o censo da Organização das Cooperativas Brasileiras, existem 353 cooperativas de leite no Brasil, 47% delas na região Sudeste, 27,5% no Sul, 15,3% no Nordeste e 9,9% no Centro-Oeste.</p> <p>Várias são as restrições ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil, iniciando-se na unidade de produção com a utilização de instalações precárias ou no mínimo insuficientes para a produção. É realmente flagrante a diferença dos índices de produtividade brasileira em relação a outros países, basta verificar que enquanto o Brasil possui uma produção média anual por vaca de leite de 1534 quilos, os EUA, Alemanha e Holanda atingem em média 8703, 6029, 7251 quilos respectivamente, demonstrando claramente a ineficiência da pecuária leiteira nacional.</p> <p>As cooperativas somam forças por todo país, criando uma nova cultura na cadeia produtiva do leite e conseqüentemente respondendo pelo alcance de aproximadamente 22 bilhões de litros produzidos por ano, além da produtividade alcançada pelo rebanho leiteiro que em menos de três décadas saiu da média de 700 litros por vaca/ano para 1500 litros vaca/ano demonstrando uma evolução real nos índices de produtividade nas unidades pecuárias, com a aplicação de novas tecnologias, ente elas a utilização de ordenhadeiras, inseminação artificial, transferência de embriões, seleção genética entre outras. Nesse sentido, estimular as cooperativas significa também dar oportunidade aos pequenos e médios pecuaristas de desenvolverem tecnologias que possam aumentar a produtividade.</p>
<b>Prazo de execução</b>	5 anos (esse projeto deverá ser incluído no PPA 2010/2013)
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Qualificação dos produtores com melhoria de sua atuação em todos os elos da cadeia de produtividade do leite que estão sob seu controle.</p> <p>Incentivos às cooperativas, por ser este o meio mais rápido e seguro para uma produção baseada nos pequenos agricultores possam atuar de forma forte e sempre atualizada no agro-negócio.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<p>Implantação de instrumentos de comercialização da agricultura familiar</p> <p>Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais.</p>
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.



<b>Parcerias possíveis</b>	Emater
<b>Custo estimado</b>	R\$ 120.000,00

<b>Ficha 19</b>	<b>Reestruturação da Administração Municipal</b>
<b>Proposta</b>	Reestruturação organizacional da Prefeitura Municipal
<b>Justificativa</b>	<p>A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal apresenta uma defasagem com a realidade atual do município e com as necessidades criadas pela implementação do PDM- Cantagalo.</p> <p>A introdução de atividades de gestão urbana voltadas para o monitoramento da ocupação do solo, para o fomento da economia e para a gestão ambiental exigem uma ampliação do quadro de secretarias, de forma a evitar a sobreposição de funções para um mesmo secretário.</p> <p>A questão ambiental, que se torna cada vez mais um elemento importante da gestão urbana exige uma equipe dedicada às soluções de conflitos e temas relacionados com o assunto. Daí a importância do fortalecimento da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Da mesma forma, o desenvolvimento econômico municipal não prescinde de uma equipe que acompanhe as atividades econômicas municipais fomentando seu crescimento e buscando novos investimentos externos. Nesse caso vê-se também a necessidade da implementação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.</p> <p>No que se refere à gestão do Plano, cabe a ativação da Assessoria de Planejamento, que atualmente só existe no papel.</p>
<b>Prazo de execução</b>	1 ano
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>Elaboração de uma reforma administrativa municipal, incorporando as mudanças ocorridas nos últimos anos e adaptando a estrutura atual a elas.</p> <p>Para isso é necessário: Elaborar um diagnóstico institucional detalhado</p> <p>Estabelecer metas e prazos para sua implementação; encaminhar lei ao legislativo municipal.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	Os planos e projetos propostos dependem de uma boa gestão para o seu desenvolvimento e implementação.
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Administração e Planejamento
<b>Parcerias possíveis</b>	SEDU/ Paranacidade
<b>Custo estimado</b>	R\$ 10.000,00

<b>Ficha 20</b>	<b>Sistema de Informações para o Município que permitirá a implantação do cadastro técnico multi-finalitário.</b>
<b>Proposta</b>	Criar um sistema de informações para o Município que permitirá a implantação do cadastro técnico multi-finalitário.
<b>Justificativa</b>	<p>O cadastro é um conjunto de informações sistematizadas e ordenadas sobre determinada matéria. A organização de um Cadastro Imobiliário e Mobiliário Fiscal é condição importante para que o município possa instituir e arrecadar seus tributos, principalmente o IPTU e o ISS.</p> <p>O Cadastro Imobiliário Fiscal está diretamente relacionado com os tributos imobiliários: IPTU (impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana), as taxas de serviços relativas aos imóveis, e à contribuição de melhoria.</p> <p>Os objetivos principais são: aumentar a arrecadação municipal, com a atualização da situação da propriedade fundiária do Município; aumentar o controle sobre as finanças locais tornando o município menos dependente das transferências intergovernamentais; verificar e utilizar forma mais eficiente a relação custo /benefício por região.</p>
<b>Prazo de execução</b>	5 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>A atualização do Cadastro Imobiliário propriamente dita é realizada ou por processos sofisticados como fotografias aéreas das quadras ou aerofotogrametria, mas também pode ser realizada pela vistoria (visita in loco) aos imóveis por agentes fiscais.</p> <p>Este recadastramento será o suporte básico para implementar um sistema de informações que inclua as características dos terrenos, das edificações, da área ocupada, o tipo e o padrão da construção e outras que estejam relacionadas à base físico-territorial, substrato para o lançamento de valores tributários.</p> <p>Além das características dos imóveis, o cadastro deverá conter também informações sobre o local em que se localiza o imóvel: localização da quadra em que estiver contido e identificação do setor fiscal, características da via ou logradouro público, como pavimentação, existência e frequência da coleta do lixo, uso e grau de aproveitamento do solo.</p> <p>O Cadastro Imobiliário é composto fundamentalmente por duas partes: uma que diz respeito propriamente ao imóvel - e esta se subdivide em duas outras partes: uma referente ao terreno e outra referente à edificação - e outra que trata da situação e do local do imóvel. No que diz respeito ao terreno, o cadastro contém área, testada, conformação, topografia do lote, valor do metro quadrado do terreno; com relação à edificação, o cadastro contém informações sobre área ocupada, tipo e padrão da construção, ano de conclusão da edificação ou reforma substancial, valor do metro quadrado de construção.</p>
<b>Integração com outros projetos</b>	A atualização do sistema tributário municipal.
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	SEDU Paranacidade
<b>Custo estimado</b>	R\$ 130.000,00

<b>Ficha 21</b>	<b>Plano de Desenvolvimento do Esporte, Lazer e Cultura</b>
<b>Proposta</b>	Desenvolvimento de ações integradas nas áreas do esporte, lazer e cultura, composto por uma série de projetos que visam à reestruturação e revitalização de equipamentos públicos, visando proporcionar atividades de esporte, lazer e cultura.
<b>Justificativa</b>	<p>As crescentes necessidades e demandas da população por esporte, especialmente o recreativo, lazer e cultura reflete a instância de emancipação e desenvolvimento humano.</p> <p>A consolidação do esporte, lazer e cultura como direitos sociais deve beneficiar a criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais.</p> <p>O poder público tem o papel de estruturar ações contínuas de esporte, lazer e cultura, que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.</p> <p>O esporte é entendido como uma prática social situada no quadro de atividades corporais através da interação das práticas sociais de esporte, jogo, dança e ginástica, dentre outras, materializadas sob a forma de práticas corporais;</p> <p>O lazer é caracterizado como realização de vivências e atividades lúdicas revelando-se como expressão de festa, alegria ou contemplação através do processo de sociabilização pautado pela lógica da aprendizagem social centrada nos jogos, brinquedos e brincadeiras construídos historicamente a partir das referências de inserção social da pessoa e/ou grupos sociais;</p> <p>E a cultura é definida como a expressão de valores éticos e políticos, pela possibilidade de produção, difusão e acesso aos bens e atividades culturais, incentivando as relações entre a arte e a tecnologia.</p> <p>A atuação na área de esporte, lazer e cultura devem estimular a sociedade a ter atividades que promovam o bem-estar social.</p>
<b>Prazo de execução</b>	5 anos
<b>Ações necessárias para seu desenvolvimento</b>	<p>O Plano de Desenvolvimento do Esporte, Lazer e Cultura tem por objetivo a promoção de atividades de esporte, lazer e cultura para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades educacionais especiais, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte, ao lazer e à cultura pela população.</p> <p>O Plano deverá apoiar a realização de projetos e eventos que contemplem a ocupação do tempo e espaço de esporte, lazer e cultura a partir de ações transversais que envolvam temas afetos ao meio ambiente, à educação e à saúde, dentre outros, através de vivência de oficinas culturais, brinquedotecas, salas de leitura, projeções e debates de filmes, peças teatrais somam-se àquelas outras voltadas aos jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas, clássicas, artes marciais, capoeira e as ginásticas.</p> <p>O atendimento das necessidades e demandas das comunidades deve ser desenvolvido em espaços públicos presentes no perímetro urbano e rural, mediante construção, reforma, ampliação e provimento de equipamentos e materiais esportivos, de lazer e cultura, tais como quadras esportivas, ginásios, brinquedotecas, salas de recreação e teatros, locais para artes plásticas, literatura, ampliando e consolidando as possibilidades cotidianas do cidadão com atividades de esporte, lazer e cultura.</p> <p>O Plano deve incentivar e fomentar a participação pública e privada no financiamento de projetos de esporte, lazer e cultura.</p> <p>A implementação do Plano de Desenvolvimento do Esporte, Lazer e Cultura deverá:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adequar a infra-estrutura física e administrativa do esporte e lazer do município;</li> <li>- Criação de Espaços Multifuncionais de Lazer, Cultura e Esportes nos bairros Vila Chemim, Vila Diogo, Vila Mariana, Vila Verde e Realejo de forma a estimular a formação de comunidades solidárias</li> <li>- Construir novos complexos esportivos para diversas modalidades;</li> <li>- Promover e realizar eventos esportivos com campeonatos e jogos de diversas modalidades;</li> <li>- Promover a capacitação profissional dos professores da Secretaria de Esportes e Cultura;</li> <li>- Difundir a política estadual e o plano municipal de desenvolvimento do esporte e lazer, estimulando a demanda pela prática de atividades de esporte e lazer junto à comunidade;</li> </ul>
<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Arborização Urbana Plano de Ação Integrada em Áreas Carentes do Município
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Esportes e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria Estadual de Esporte, Secretaria Estadual de Cultura
<b>Custo estimado</b>	R\$ 120.000,00